



EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE RESIDENCIAL PARQUE CACHOEIRINHA

Rivelino Souza Lima¹ ; Gyselle dos Santos Conceição²
Davi do Socorro Barros Brasil³

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em PROEJA pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET – AM). Funcionário Federal do IFAM. Aluno do Programa *Strictu Sensu* de Pós-Graduação em Ciências e Meio Ambiente(UFPA).

²Licenciada em Química pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). Tecnóloga em Controle Ambiental pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). Especialista em Planejamento e Gerenciamento de Águas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestranda e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências e Meio Ambiente (UFPA).

³ Professor doutor orientador do Instituto de Tecnologia e Educação Galileo da Amazônia ITEGAM e da Universidade Federal do Pará.



ABSTRACT

In contemporary society the concern about the relation of man to the environment is pertinent, considering the intrinsic relation that exists between them. This presupposes the research problem: "What is the degree of environmental awareness of the residents of the community - Residencial Parque Cachoeirinha, considering the alarming level of degradation in the buildings of the community that make up the community?" The general objective is to investigate the environmental knowledge of the residents of the Community - Residencial Parque Cachoeirinha, in an attempt to use the data found to explain the degree of environmental degradation in the community. The justification is given by the importance of understanding the relationship between man and nature and man with his peers, through Environmental Education. The methodology respects the characteristics of the quantitative / qualitative research and as regards the objectives, the characteristics of the descriptive and explanatory research. We hope with this work to contribute to the discussions about Non-Formal Environmental Education in the community locus of study and, consequently, of communities with the same reality in the city of Manaus.

KEYWORDS: *Environmental Education; Environment; Community; PROSAMIM.*

INTRODUÇÃO

Esse trabalho parte do pressuposto a falta de um programa de Educação Ambiental Não-formal voltada à sensibilização, está acarretando o alto grau de depredação em todos os ambientes da Comunidade Residencial Parque Cachoeirinha, que pode ser revertida por meio da sensibilização, orientações educativas e práticas sustentáveis de Educação Ambiental.

Essa realidade fez com que pensássemos em uma pesquisa, cuja problemática pode ser traduzida na seguinte pergunta-problema: Qual o grau de conscientização ambiental dos moradores da Comunidade Residencial Parque Cachoeirinha, considerando o nível alarmante de degradação em que se encontram os prédios e as áreas coletivas da Comunidade?

Os estudos de avaliação ambiental estratégicos do PROSAMIM apresentam a ocupação desordenada dos igarapés, o que representa um dos principais problemas na área urbana da cidade de Manaus.

Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre a vida cidadina e as questões ambientais, que impactam diretamente no modo de viver dessas comunidades. Gondim (2012) entende que nessa relação há uma articulação direta entre esses dois fatores sob todos os pontos de vista, incluindo, o próprio conceito epistemológico dessa relação; “[...] uma clivagem epistemológica: a concepção do meio ambiente como domínio da natureza e a de cidade como produto cultural, ou seja, fruto da ação humana” (GONDIM, 2012, p. 2).

Dessa forma, quando estudamos o meio social de uma comunidade relacionando-o com o meio ambiente, a qualidade de vida e a educação ambiental, se faz necessário evidenciar “as práticas do cotidiano vinculadas a habitação e seu entorno, o acesso aos serviços, as condições de habitabilidade da moradia e as formas de interação e participação da população” (ALVES, 2011, p. 21).

Sendo assim, a pertinência da pesquisa está na tentativa de desvelar como as interações sociais e a relação com o meio ambiente acontecem na Comunidade Residencial Parque Cachoeirinha, tendo como pano de fundo a preservação do meio ambiente, o qual é entendido em todas as suas dimensões e não apenas àquelas relacionadas à fauna e flora, como geralmente acontece. Além disso, tomando a educação ambiental como instrumento para mudança de atitudes, estudar a Comunidade Residencial Parque Cachoeirinha, pode resultar em ações que modifiquem o grau de degradação que se encontra aquele ambiente.

Considerando esse contexto o objetivo apresentado para a pesquisa foi: investigar o conhecimento ambiental, bem como as relações coletivas dos moradores da Comunidade Residencial Parque Cachoeirinha, na tentativa de entender e utilizar os dados obtidos como explicação para o grau de degradação ambiental em que se encontra a Comunidade.

Esta investigação respeitou as características da pesquisa qualitativa, embora tenha sido utilizada também a pesquisa quantitativa. Além disso, há de considerar também, quanto aos objetivos, esse trabalho pode ser classificado como descritivo e explicativo. O *lôcus* de estudo foi a Comunidade Parque Residencial Cachoeirinha.

Este trabalho, então, está disposto em três grandes partes, que juntamente com a Introdução e Considerações Finais, se completam. Na primeira parte discutimos a relação entre educação e meio ambiente, chamando atenção para o caráter não-formal da educação. Em seguida, apresentamos a relação entre vida social, comunidade e meio ambiente, inferindo sobre a relação indissociável entre esses três fatores. Por fim, na terceira apresentamos e discutimos os dados obtidos na pesquisa de campo.

Esperamos com esse trabalho contribuir para as discussões sobre a Educação Ambiental Não-Formal na Comunidade *lôcus* de estudo e, por consequência, sobre outras comunidades da cidade de Manaus, com a mesma realidade.

1. SOBRE A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E MEIO AMBIENTE

É fato indiscutível que o processo educacional é imprescindível para o desenvolvimento dos indivíduos, desde que assumiu sua hominização. Nesse sentido, a educação resulta em avanços significativos, que garantem, ou deveria garantir, de um futuro melhor para todos.

Entretanto, há no pensamento comumente aceito, que a educação somente acontece no espaço da escola, porém, na visão dos educadores contemporâneos, o processo educacional não reside apenas nas escolas, pois ela não é a única responsável pela educação. Afirma-se, dessa forma, uma maior dimensão educativa que não se restringe ao ato de instruir, ensinar, mas abrange todos os ensinamentos necessários para a vida pessoal e social. É nesse pensamento não-formal de educação, que queremos refletir sobre a educação ambiental, enquanto processo de educação necessária para a relação harmônica entre o homem e o meio ambiente.

Sendo assim, a Educação Ambiental (EA) se faz necessária cada vez mais, tornando-se, por isso, um tema de relevância social, acadêmico e científico, uma vez que, a sociedade contemporânea não pode levar em conta apenas o hoje, mas deve avaliar as consequências de suas ações antrópicas¹ para o futuro.

A literatura especializada explicita vários eventos que foram dando “corpo” à efetivação da EA como tópico imprescindível para a continuação da vida humana do planeta, principalmente, quando se leva em conta a industrialização e o conseqüente aumento de resíduos que afetam o meio ambiente.

O primeiro evento que objetivou discutir as questões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972. Em 1975, decorrente da Conferência de Estocolmo aconteceu em Belgrado o Seminário Internacional sobre a Educação Ambiental, que resultou na carta de Belgrado. A Educação Ambiental voltou a ser discutida na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, Geórgia (ex. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS (DIAS, 1992; GUIMARÃES, 1995; REIGOTA, 2001).

Todos esses eventos resultaram na preocupação crescente e constante com as questões ambientais. Assim,

A educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tomam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 1992, p. 92).

Dessa forma, essa conceituação reafirma a relação intrínseca entre a vida cidadina e as questões ambientais. Pois a existência da primeira só acontece se houver a preservação da segunda.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), realizada em 13 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, apresentou algumas recomendações para implementar uma nova Educação Ambiental, a qual deveria dentre outras coisas: está voltada o desenvolvimento sustentável e, dessa maneira, compatibiliza os objetivos sociais de acesso às necessidades básicas, com objetivos ambientais de preservação da vitalidade e diversidade e ainda, com os objetivos econômicos, pois, somente dessa forma, estaria garantido, aos cidadãos, o direito a um ambiente ecologicamente saudável (PELICIONI, 1998).

Essa reunião de fatores, conforme a autora, resultaria numa EA que promoveria a conscientização de uma vida saudável dentro de um ambiente ecologicamente equilibrado. Assim,

[...] educação ambiental tem como objetivo, portanto, formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida de modo à levar a adoção de comportamentos ambientalmente adequados, investindo nos recursos e processos ecológicos do meio ambiente. A educação ambiental, deve necessariamente transformar-se em ação (PELICIONI, 1998, p. 22).

A EA, então, não se relaciona somente com a educação escolar formal, como já afirmamos, mas perpassa todas as formas de educação, seja ela forma e não-formal. Nessa distinção, nosso trabalho se aproxima da EA na educação não-formal, a qual, no primeiro momento era entendida como uma forma de manifesto, que alertava para a necessidade de se preservar a natureza, dado a escassez dos recursos naturais

Dessa forma, a Educação Ambiental não formal era “concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos como uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais” (CARVALHO, 2004, p. 51-52).

Os movimentos ecológicos foram implementados, principalmente, por Organizações Não-Governamentais (ONGs), que muitas vezes foram vistas apenas como ativistas ecológicos e, talvez, por isso, não tiveram suas ações não reconhecidas, como afirma Loureiro (2004):

A ausência de reflexão sobre o movimento ambientalista, seus propósitos e significados políticos, levou à incorporação acrítica por parte dos educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas

¹ Antrópico: Relativo ao homem; Relativo à ação do homem sobre o meio ambiente. Fonte: Infopédia.

dominantes, estabelecendo ações educativas dualistas entre o social e o natural, fundamentadas em concepções abstratas de *ser humano* e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental (LOUREIRO, 2004, p. 81 - grifos do autor).

O reconhecimento da finitude dos recursos naturais foi o ponto de partida para a implementação da nova EA, pois enquanto a o homem acreditava que esses recursos eram infinitos, não necessitavam de maiores preocupações. A partir dessa constatação de finitude a preocupação só tem aumentado e, todos os setores sociais, não só a escola, começaram a implementar programas voltados para a conscientização social para a necessidade de se buscar uma vida ecologicamente saudável.

Nesse novo quadro, cabe salientar o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs), como marco importante para essa nova visão e nova forma de pensar a Educação Ambiental. Assim, o trabalho das ONGs é primordial para se olhar essa nova EA como objetivo a ser alcançado e esses objetivos vão sendo incorporados,

[...] outros fundamentos, ampliando a visão do ambiental, o qual passa a ser assimilado no seu verdadeiro sentido, como algo sistêmico, composto pela inter-relação entre os fatores ambientais, sociais e econômicos e não apenas o fator natural (LIMA, s/d, p. 2).

Essa ampliação conceitual permitiu o avanço da EA como tópico inter e transdisciplinar, que pode ser trabalhada em todos os ambientes sociais e não apenas na escola, como já afirmado. Dessa forma, afirmar que a EA vai aumentando seu quadro de atuação educativa e, ao ser concebida dessa forma,

[...] a EA ganha forças e passa a ser vista como um processo de aprendizagem contínua, para a formação de cidadãos que recebem conteúdos e subsídios para optarem por hábitos e atitudes que visem o bem estar individual e coletivo e para a melhoria do ambiente para as presentes e futuras gerações (LIMA, s/d, p. 2).

Dessa forma, as práticas de EA não-formal devem levar em conta, em primeiro lugar, a realidade do espaço onde está sendo desenvolvida, sem deixar de considerar toda sua perspectiva histórica, a qual pode mostrar aspectos culturais e sociais de todos os indivíduos envolvidos. Assim, a EA só pode ser pensada respeitando todos esses fatores, pois são eles, os fatores, que norteiam a vida social dos indivíduos de determinada comunidade e, ainda, que vão definir a forma como o meio ambiente é tratado.

1.1 HISTÓRICO DO PROSAMIM

O Programa Social e Ambiental dos igarapés de Manaus - PROSAMIM iniciou seus trabalhos no ano de 2003, é considerado um dos maiores programas urbanístico ambiental e social do Brasil. Este programa tem vários objetivos, mas o maior segundo Lima (2012) em entrevista com a Unidade Gestora do PROSAMIM – UGP é contribuir para melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Bacia do Educandos e do São Raimundo.

O propósito deste programa é ajudar na melhoria dos programas ambientais, urbanísticos e sociais das comunidades que habitavam o entorno dos igarapés que cortam os bairros que levam o mesmo nome da bacia acima citada.

Para tanto,

[...] a sua continuidade de implantação é consequência de um planejamento, em função dos resultados obtidos da fase inicial do programa os quais foram considerados positivos tanto no que se refere ao desenvolvimento, quanto às ações e benefícios alcançados (LIMA, 2015, p. 22).

O PROSAMIM começou a existir para que suas ações promovessem a manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e do crescimento econômico ambientalmente sustentável, assegurando assim a preservação do patrimônio ambiental de Manaus e do Estado do Amazonas de forma a contribuir à longo prazo, para melhoria contínua da qualidade de vida da população amazonense. Segundo a

UGP a fase inicial do Programa o mesmo também contribuiu para o desenvolvimento social econômico de Manaus.

Segundo informações disponíveis no portal do PROSAMIM, este programa nasceu para que suas ações promovessem a manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e de um crescimento econômico, considerado ambientalmente sustentável, onde um dos objetivos durante o processo de desenvolvimento e assegurar a preservação do patrimônio ambiental de Manaus.

Em dezembro de 2003, especificadamente no dia 02 de dezembro, o governo do Estado do Amazonas, instituiu a UGP que é a unidade de gestão do PROSAMIM sob o decreto 23.949. A UGP passou a ter atribuições como: atividades executivas, atividades de comunicação e atividades relacionadas à avaliação de desempenho.

A UGP é a unidade de gestão do PROSAMIM, que é a responsável pela preparação do Programa onde é responsável por sua execução. Esta unidade gestora foi inicialmente vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINF e depois passou a estar subordinada diretamente ao Gabinete do Governador do Estado do Amazonas, a quem compete orientar, supervisionar, coordenar, assistir, e fiscalizar sua atuação. O decreto também instituiu um Comitê de Assessoria da Coordenadoria Administrativa formado por profissionais de diversas áreas como engenharia social e ambiental, economia etc. (LIMA, 2012).

No começo, as áreas trabalhadas por este programa limitavam-se nas áreas do Mestre Chico, Cachoeirinha e do Quarenta. (UGP, 2015 apud LIMA, 2015).

2. VIDA SOCIAL, COMUNIDADE E MEIO AMBIENTE.

A vida social das comunidades não se configura uma vivência totalmente harmônica. Para Reigota (2003), um dos fatores que faz dessa convivência uma tarefa é o fato que se autorealizar, como sujeito de sua própria história, pode ser mais complicado que reconhecer o outro sob esse mesmo aspecto.

Entretanto, esse reconhecer-se é essencial para a vida social comunitária, pois, somente quando o indivíduo se autorealiza é que conseguirá reconhecer seus pares, com os mesmos direitos e deveres. Assim,

[...] reconhecer-se importante na construção da história comunitária, ou mesmo, individual é um grande passo na trajetória de iniciativas populares à fim de tornar-se parte fundamental nas mudanças e tomadas de decisões significativas dentro de um contexto (REIGOTA, 2003, p. 12).

Poderemos inferir, então, que é no diálogo entre os indivíduos sociais comunitários com desejos, história de vida, ideais e perspectivas diferentes é que o crescimento pessoal e coletivo será proporcionado.

Assim, em uma comunidade o diferente dá lugar ao consenso em prol do bem comum. Então, que características devem ser consideradas para que um grupo possa ser considerado uma comunidade?

Na tentativa de responder esse questionamento, Elvas e Moniz (2010) entendem que uma comunidade só existe se houver uma integração coletiva. Dessa forma,

[...] quanto maior a integração e satisfação perante uma comunidade, maiores serão os benefícios individuais e comunitários. O nível individual, um maior sentimento de comunidade traduz-se em níveis mais elevados de bem-estar, qualidade e satisfação de vida; sentido de justiça e capital social; menor solidão e isolamento (ELVAS; MONIZ, 2010, p. 451).

Isso não significa dizer que não haverá diferenças e, também, que a sociedade será totalmente homogênea. Mas, ser uma comunidade implica em se desfazer de muitos desejos pessoais em prol do bem comum, assim será no respeito às diferenças que a comunidade alcançará sua integração, como já afirmamos.

Assim, na comunidade há um grupo de pessoas que não apenas pertencem ao mesmo grupo, mas pessoas que se consideram iguais, mesmo pensando e/ou agindo de forma diferente, com o propósito de satisfazer suas necessidades, satisfação e a consequente qualidade de vida (ELVAS. MONIZ, 2010).

Gonçalves (2009), descreve, a partir dos estudos feitos por McMillan e Chavis (1986), descreve que o sentido de comunidade é composto por quatro dimensões: Pertença (*Membership*), Influência (*Influence*),

Ligação Emocional (*Shared Emotional Connection*), e Integração e Satisfação de Necessidades (*Integration and Fulfillment of Needs*).

A Pertença (sic) refere-se ao sentimento oriundo do investimento de um sujeito para setornar membro de uma comunidade, levando-o ao direito de pertença. [...]. A Influência é um conceito bi-direcional. Numa direção (sic) está a noção de que para se sentir atraído (sic) por um grupo é necessário ter alguma influência sobre o grupo e por outro lado, a coesão é contingente da capacidade que o grupo tem em influenciar os seus membros. [...]. A Ligação Emocional refere-se ao laço emocional que pode ser fortalecido caso haja maior interação (sic) entre elementos (e.g., maior número de reuniões). [...]. A Integração e Satisfação de Necessidades pode ser Traduzida (sic) como reforço ou motivador de comportamento, alicia o indivíduo a permanecer num grupo por existir um benefício. [...]. (GONÇALVES, 2009, p. 4 – grifos da autora).

Todas essas características fazem com que a comunidade se integre, cada vez mais, na busca dos objetivos coletivos propostos e acordados em vista do bem de todos e o sentimento de pertencimento resulta na corresponsabilidade social para manter vivo o espírito coletivo.

Mas, e o meio ambiente? Considerando o meio ambiente em todas as suas dimensões, já mencionadas nesse trabalho, encontra-se entre o sentimento coletivo, logo, uma vez entendido, o conceito de comunidade, todos, que dela fazem parte, buscarão a preservar o meio ambiente, como forma de manter e/ou implantar melhores condições de vida.

3. METODOLOGIA

Em qualquer estudo acadêmico-científico, a metodologia é o ponto base para definir e orientar o percurso a ser seguido pelo processo investigativo.

De acordo com Gatti (2012), há diferentes métodos de se “fazer ciência”. Para a autora, então, “quem pesquisa procura descrever, compreender ou explicar alguma coisa.”. Sendo assim, “[...] o conhecimento obtido pela pesquisa é um conhecimento vinculado a critérios de escolha e interpretação de dados, qualquer que seja a natureza desses dados”. (GATTI, 2012, p. 10-11).

Esta investigação, portanto, respeita as características da pesquisa qualitativa, embora seja utilizada também a pesquisa quantitativa, porém a ênfase maior está direcionada à abordagem qualitativa.

Com relação a abordagem qualitativa de pesquisa Minayo (1994) explicita que através dessa abordagem, é possível o aprofundamento, no mundo dos significados das ações e relações humanas. Assim, a autora considera, que essas duas abordagens se complementam, tendo em vista que, a realidade que elas conseguem abarcar dialoga constantemente.

Além disso, há de considerar também, quanto aos objetivos esse trabalho pode ser classificado como descritivo e explicativo.

Consoante a Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever fatos e/ou fenômenos de uma determinada realidade, por isso exige do pesquisador uma série de informações sobre o fenômeno a ser pesquisado. A explicativa, por sua vez, pode ser entendida uma continuação da descritiva “[...] posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 35).

O levantamento de coleta de dados por meio de observações teve por finalidade adquirir conhecimentos necessários para a leitura do cotidiano e, por meio desses registros, foi possível o estabelecimento de diálogos com a Comunidade.

Nossa amostra foi obtida de forma aleatória ou probabilística, constituída por 57 unidades de moradias, retiradas ao acaso da população total de 162 apartamentos, utilizamos um aplicativo de celular chamado “Sorteio no Saco”, para fazer o sorteio aleatório. Logo todas as unidades de moradia do Residencial Parque Cachoeirinha, tiveram a probabilidade conhecida de pertencer à amostra.

Além de todas as entrevistas e diálogos com as lideranças e comunitários, tínhamos o compromisso “atado” com eles e elas que nossa pesquisa subsidiaria algumas ações no Parque Cachoeirinha,

com muito apoio de amigos, do IFAM e das lideranças do PPC, conseguimos fazer uma bela ação. Um “Diálogo com as Crianças” e os acompanhantes, numa perspectiva da educação ambiental não formal.

Projetamos um filme animação, com a mensagem de cuidados e proteção do meio ambiente e seus recursos naturais. Atitudes como poluição das águas, destruição das florestas, poluição do ar, estão todas interligadas e impactam em nossas vidas, depois projetamos as fotos feitas ao longo desses dois anos de estudos do PPC, mostrando o excesso de lixo produzido e seu descarte inadequado, o quanto a atitudes deles poderia melhorar, que eles devem fazer sem esperar que seus pais ordenem, poderiam descartar corretamente seus resíduos desde dentro de suas casas, até o depósito nas lixeiras de forma correta e em horário adequado.

Fotos da palestra: Diálogos sobre Educação Ambiental no PPC



Foto1: autoria do pesquisador março 2018.



Foto2: autoria do pesquisador março 2018.

Com a colaboração de um grupo de estudantes do ensino médio profissionalizante do IFAM-CMDI, que pesquisam e competem na área de Robótica, desenvolvemos um joguinho infantil que tem como tema e realidade do igarapé do PPC, onde a criança conduz um personagem, tipo um patinho no igarapé, o mesmo deve desviar dos canos de esgoto que despejam resíduos, conseguir coletar 10 moedinhas premiadas, encontradas no percurso e assim elimina a eutrofização do igarapé que muda de cor e fica limpo. Apresentamos o game para as crianças e foi um sucesso.

Fotos da Ação: Diálogos sobre Educação Ambiental no PPC. Demonstração do game desenvolvido para as crianças do PPC.



Fotos3: Autoria do pesquisador (março 2018).



Fotos4: Autoria do pesquisador (março 2018).



Fotos5: A autoria do pesquisador (março 2018). Fotos6: A autoria do pesquisador (março 2018).

Em seguida oferecemos um lanchinho, com petiscos, sucos e refrigerantes, claro que na hora do lanche a presença foi maior, pois a ação foi em um sábado pela tarde, estávamos competindo com uma tarde ensolarada, ótima para a prática de “empinar papagaio”, mesmo assim a presença e participação foram muito boas, finalizamos com uma coleta dos saquinhos de pipocas e das garrafinhas pets, como parte de nossa ação de “educação ambiental” para as crianças da comunidade PPC.

Percepção do pesquisador, de abandono do PPC por parte do poder público.



Fotos7: A autoria do pesquisador (março 2016) Fotos8: A autoria do pesquisador (março 2016).

Percepção do pesquisador: Nível de poluição alarmante do igarapé e descuido com descarte de lixo no PPC.



Fotos9: A autoria do pesquisador (junho 2017)



Fotos 10: A autoria do pesquisador (junho 2017)

Percepção do pesquisador: Degradação das lixeiras e poluição visual do PPC.**Fotos 11: A autoria do pesquisador (março 2018)****Fotos 12: A autoria do pesquisador (março 2018)**

Todo esse processo produziu elementos de discussões e reflexões suficientes para subsidiar melhor análise e compreensão da realidade nas discussões apresentadas com a leitura dos dados coletados e expostos em forma de tabelas e gráficos no capítulo 4 (quatro) e que se aplique a realidade de outras comunidades com as mesmas características.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área do PROSAMIM tem como território de atuação a Bacia de Educandos envolvendo aproximadamente 36 mil moradores que se encontram em situação potencial de risco, distribuídos nos seguintes bairros: Armando Mendes, Bethânia, Cachoeirinha, Centro, Colônia Oliveira Machado, Crespo, Distrito Industrial I e II, Educandos, Japiim, Morro da Liberdade, Petrópolis, Praça 14 de Janeiro, Raiz, Santa Luzia, São Francisco, São Lázaro e Zumbi dos Palmares.

Como principal centro urbano do Estado do Amazonas, Manaus se notabilizou nas décadas de 70 e 80 por sediar um grande pólo industrial do gênero eletroeletrônico, via - incentivos fiscais, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A instalação da Zona Franca acelerou o processo migratório a partir da “adoção” dessa nova vocação econômica que teve a mão-de-obra suprida localmente, com o deslocamento do interiorano para Manaus em busca de trabalho, no setor comercial e industrial emergente.

A consequência desse processo migratório é que Manaus vivenciou um crescimento desordenado, cuja face mais visível foi a proliferação de áreas invadidas, onde foram se estruturando bairros periféricos sem a menor infraestrutura básica, desprovidos dos serviços de água, esgoto, pavimentação, iluminação e outros. A população passou de 14.197 habitantes em 1970, para 618.435 habitantes em 1980, 1.010.544 em 1991, 1.405.835, em 2000, 1.802.014, em 2010 e a população estimada em 2016 é de 2.094.391 habitantes. (Site oficial do IBGE).

3.2 POPULAÇÃO ESTUDADA

A Comunidade Parque Residencial Cachoeirinha é formada de 17 blocos de apartamentos. Desse total 10 blocos contêm 12 apartamentos e 7 contêm 6 apartamentos, totalizando 162 unidades de moradia, tendo uma população estimada de 5 pessoas por unidade de moradia, obtemos aproximadamente um total de 800 moradores, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantitativo de blocos, unidades de moradia e moradores do PPC

Quantitativo de Blocos, Unidades de Moradia e Moradores do PPC.		
Blocos	Apartamentos	Total de Apartamentos
7	6	42
10	12	120
TOTAL DE UNIDADES DE MORADIA		162
QUANTIDADE DE MORADORES APROXIMADOS		800

Localizada a margem esquerda do igarapé cachoeirinha, como o nome do Residencial indica, encontra-se no bairro de Cachoeirinha, que junto com o igarapé do quarenta, faz parte da malha hidrográfica da bacia do Educandos, entrecortando com os bairros de Petrópolis, raiz desaguando no igarapé de educandos, que desemboca no Rio Negro.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste Capítulo apresentaremos os resultados dos dados coletados durante a pesquisa de campo e junto com eles as discussões pertinentes sempre acompanhadas de uma relação com os autores que subsidiam, teoricamente, esse trabalho.

No primeiro questionamento procuramos mapear o gênero dos respondentes, para o qual obtivemos os seguintes dados.

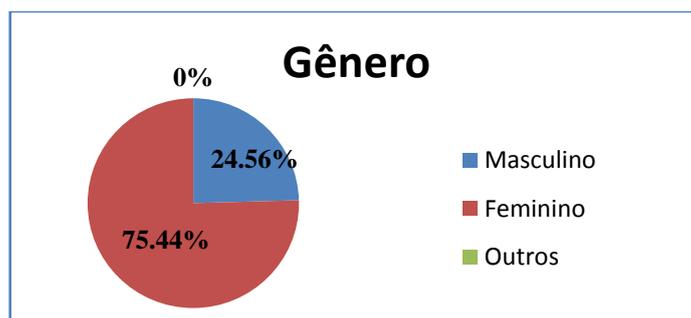


Gráfico 1- Amostragem do gênero dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Os dados mostram que 75,44% dos respondentes são do gênero feminino, enquanto 24,56% correspondem ao gênero masculino.

Inferência que essa diferença considerável possa ter acontecido pelo fato que os dados foram coletados em horário comercial e muitos homens poderiam estar em horário de trabalho. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que o Programa que criou o PROSAMIN, aconselha que os imóveis estejam, preferencialmente, submetidos à tutela das mulheres.

Entretanto, mesmo considerando a possibilidade do horário de aplicação da pesquisa ter influenciado no resultado, não podemos deixar de chamar atenção para o Gráfico 2 que trata do estado civil do respondente o qual mostra que 42,10% é solteiro; 29,82% é casado; 24,56% vivem em união estável e, por fim, de estado civil viúvo e divorciado 1,75%, respectivamente.

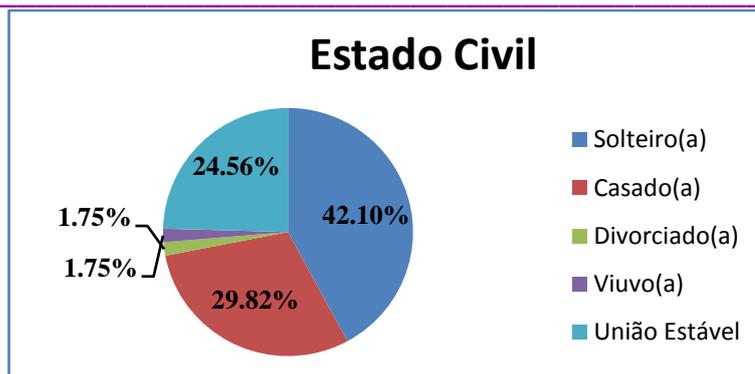


Gráfico 2. Amostragem do estado civil dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

A relação que citamos anteriormente nos obriga a ficar na posição de inferência, pois para uma afirmativa mais precisa teríamos que realizar estudos mais específicos.

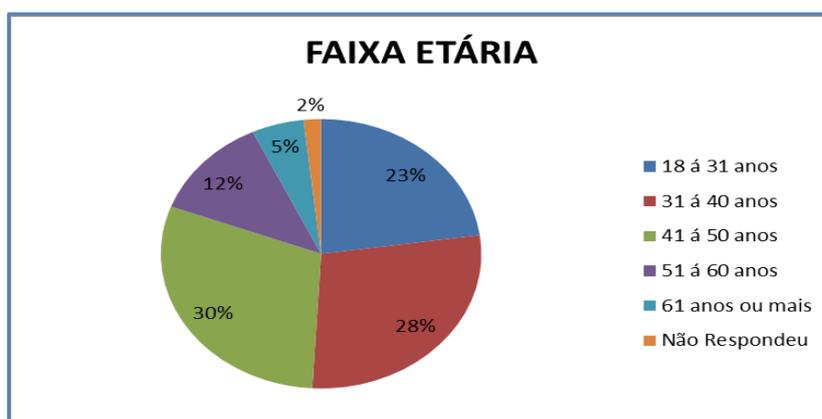


Gráfico 3. Amostragem da faixa etária dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Os dados mostram que a população respondente, quanto a faixa etária, é bem heterogênea, não apresentando uma diferença muito significativa. Assim, 30% está na faixa etária entre 41 e 50 anos; 28% entre 31 e 40; 23% entre 18 a 31 é formada por um; 12% entre 51 e 60; 5% entre 61 anos ou mais e 2% não respondeu.

Em seguida procuramos conhecer o nível de escolaridade dos respondentes, como item de relação importante para entender o grau de degradação dos espaços da comunidade. Para esse item encontramos os seguintes resultados:

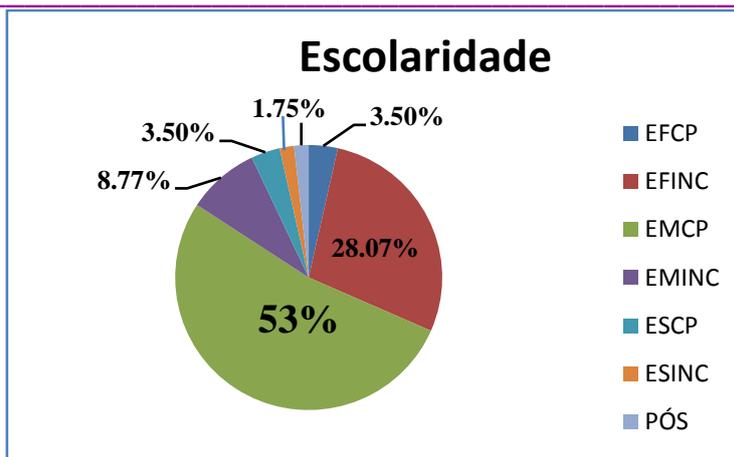


Gráfico 4. Amostragem do nível de escolaridade dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Os dados mostram que 53% dos respondentes cursaram o Ensino Médio Completo; 28,07% cursou o Ensino Fundamental, mas não completaram; 8,77% o Ensino Médio incompleto; empatados com 3,50% s respondentes com Ensino Superior completo e Ensino Fundamental completo. Por fim, 1,75% com Ensino Superior incompleto e com Pós-graduação *latu sensu*.

Entendemos que nesse quadro, onde 53% dos respondentes admitem ter concluído o Ensino Médio, vai de encontro ao grau de degradação que o ambiente a Comunidade se encontra, uma vez que, considerando que esse grupo poderia ser um disseminador das ideias de conservação ambiental aprendidas na escola.

A seguir procurar desvelar a origem dos respondentes para mapear o grau de migração na cidade de Manaus.

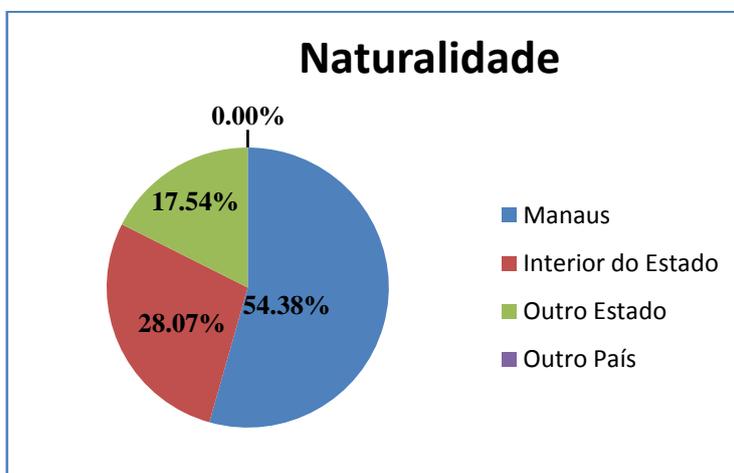


Gráfico 5. Amostragem da naturalidade dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Os dados apontam a maior parte 54,38% dos respondentes são da cidade de Manaus, contra 28,07% do interior do estado e 17,54% de outros estados brasileiros.

Essa realidade nos permite inferir que, ao menos na área do PROSAMIM, há pouca mobilidade migratória, mesmo assim não podemos afirmar que ela não exista e que não seja significativa se

considerarmos os dados apresentados para os respondentes oriundos do interior do estado e de outros estados brasileiros.

Com relação a vida profissional os dados encontrados mostram seguinte realidade:

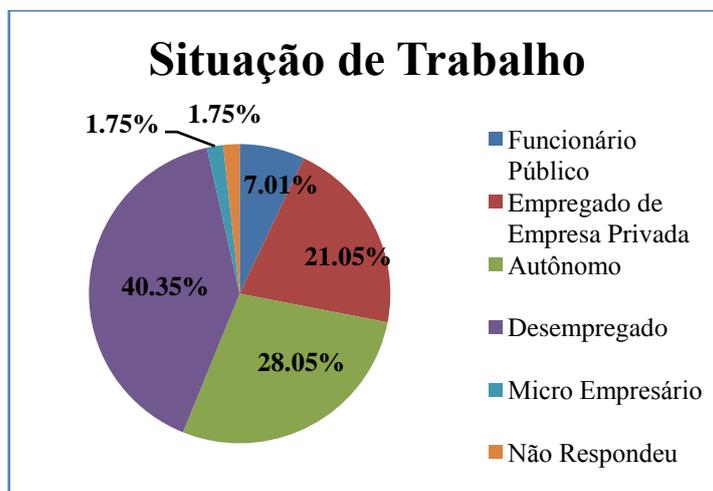


Gráfico 6. Amostragem da situação de trabalho dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Entre os respondentes 40,35% fazem parte do grupo de desempregados; 28,05% apresenta-se como autônomos; 21,05% trabalha em empresa privada; 7,01% se apresenta como funcionário público; 1,75% se considera microempresário e, por fim, 1,75% não respondeu.

Vale salientar que é objetivo do Programa viabilizar pequenos negócios para aqueles que se encontram desempregados.

Em seguida procuramos desvelar a situação da renda familiar dos respondentes:

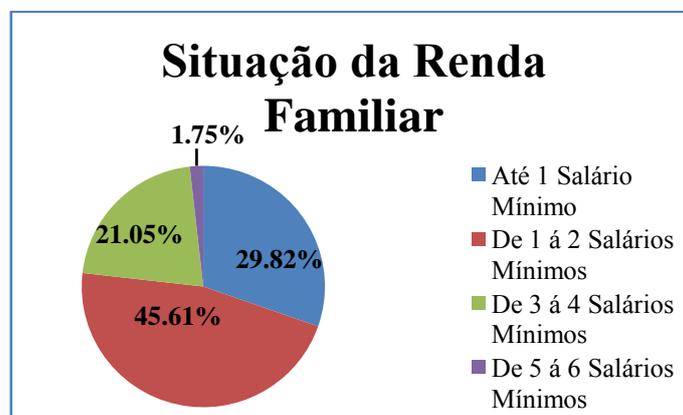


Gráfico 7. Amostragem da situação da renda familiar.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Consoante aos dados coletados 45,62% dos respondentes percebem valores monetários que variam entre 1 e 2 salários mínimos, 29,82% até um salário mínimo; 21,05% entre 3 e 4 e, por fim, 1,75% entre 5 e 6 salários.

Como podemos notar a maior parte está no grupo que o próprio programa exige, assim, representam aqueles que percebem menores valores.

O próximo questionamento versou sobre a quantidade de moradores fazem parte da família dos respondentes:

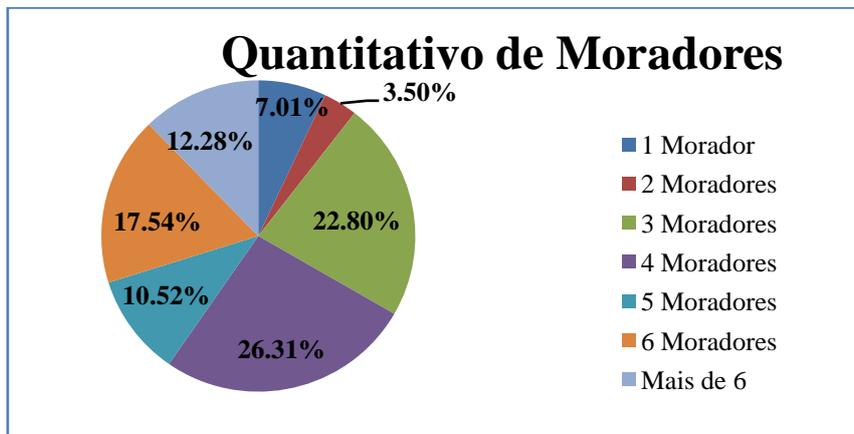


Gráfico 8. Amostragem do quantitativo de moradores nas residências pesquisadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Os dados mostram que 26,31% das moradias apresentam uma população de quatro moradores; 22,80% três moradores; 17,54% seis moradores; 12,28% mais de seis moradores; 7,01% um morador e 3,50% dois moradores.

Depois procuramos mapear se os moradores atuais já se encontravam na área do Igarapé antes da implantação do Projeto.

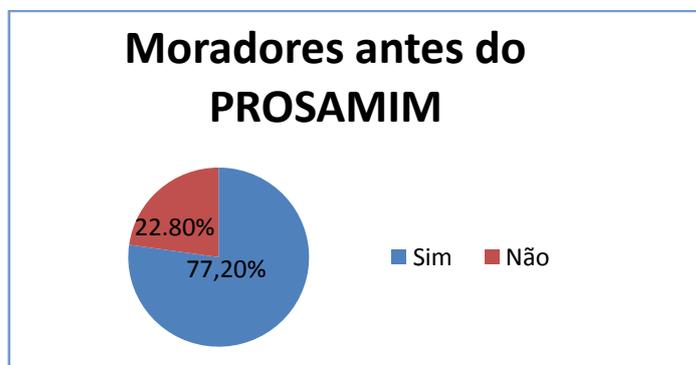


Gráfico 9. Amostragem do quantitativo dos moradores, que já habitavam a área onde foi implantado o projeto.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Como podemos notar dos atuais moradores 77% já se encontravam na área do PROSAMIM Parque Cachoeirinha, contra 22,80% que não são oriundos dessa área. Nesse quadro podemos dizer que os objetivos propostos pelo Programa estão sendo obedecidos, pois o Parque Cachoeirinha deveria ser habitado, preferencialmente por moradores que já se encontravam na área.

Essa realidade vai impactar diretamente no resultado do próximo questionamento que versou sobre o tempo de moradia na Comunidade, uma vez que 84,21% estão na Comunidade a 6 anos ou mais, isto é, antes da implantação do Projeto e/ou desde sua implantação.

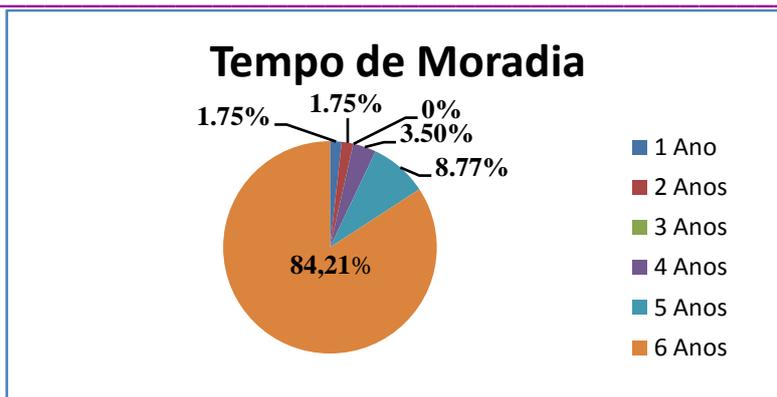


Gráfico 10. Amostragem do tempo de moradia na Comunidade PPC.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

A segunda parte do questionário versou sobre a relação da Comunidade com a questão ambiental. A partir desse ponto do trabalho, além de apresentar os dados coletados, explicitaremos também algumas respostas apresentadas pelos respondentes, por entendermos confirmam o entendimento que estamos dando aos dados.

Assim, o primeiro questionamento versou sobre o conceito que os respondentes têm sobre meio ambiente:

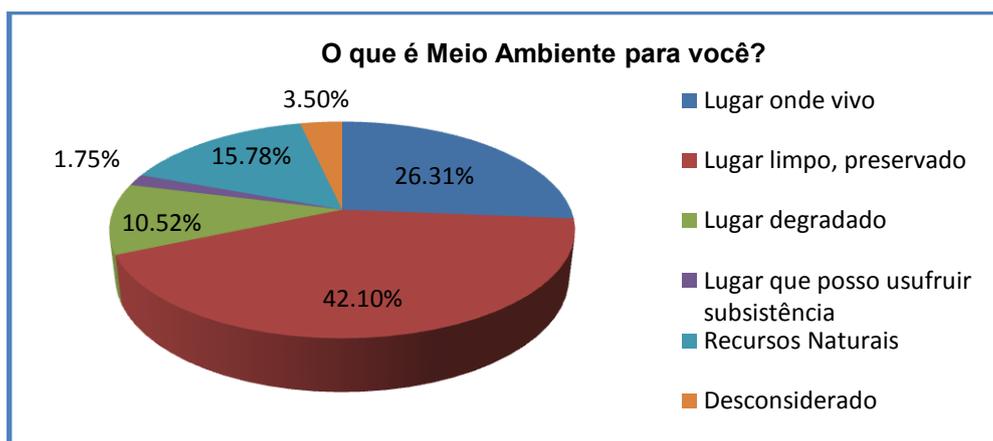


Gráfico 11. Amostragem do conceito de meio ambiente para os respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Os dados indicam que 42,10% dos respondentes é o lugar onde vivem, o qual deve sempre está limpo e preservado, como mostra os respondentes:

R3M – Uma área que não tem poluição, bom para viver;

R32F- Um lugar que devemos cuidar bem, ser bem tratado, viver bem um com o outro

R4M – Os igarapés sujos, poluídos;

R8M – O desmatamento é muito grande;

R47F – É o conjunto de unidade ecológica que funciona como sistema natural que inclui toda vegetação e animal

R48F – É o lugar onde vivemos em comunidade e tudo que está em nosso a redor.

As respostas mostram que os respondentes têm consciência da necessidade de se manter o meio ambiente saudável, pois ele impacta diretamente na qualidade de vida do próprio morador

Algumas falas indicam que os respondentes parecem ter muito consciência do que não que não querem que aconteça ao meio ambiente, se distanciando, um pouco, do que se pretendia com a pergunta. Assim, temos:

- R4M** – Os igarapés sujos, poluídos;
- R8M** – O desmatamento é muito grande.

Fica claro nas respostas que os moradores não querem ver essa realidade na Comunidade e implicitamente, o que poderia causar mal a qualidade de vida.

No segundo questionamento procuramos evidenciar que elementos podem representar o meio ambiente.

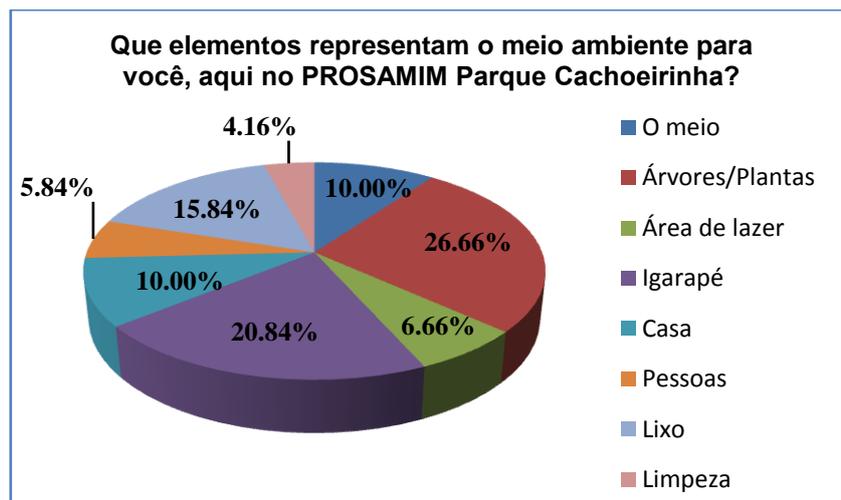


Gráfico 12. A visão dos respondentes sobre o significado de meio ambiente no PPC.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Para tanto obtivemos os seguintes resultados: 26,66% as árvores/plantas; 20,84% o igarapé; 15,84% é o lixo; com 10% das respostas o meio e a casa; 6,66% é a área de lazer; 5,84% são as pessoas e, por fim, 4,16% é a limpeza.

O maior número entende que são as árvores/plantas, porém junto com elas outros exemplos, como explicitam os respondentes abaixo:

R13M – As plantinhas, as ruas, as pessoas, as casas; Nós somos parte do meio ambiente.

R46F – A Água, as casas, as árvores, a estrutura da área, o ar.

Notamos que os respondentes olham para com maior atenção para os recursos da natureza, porém alguns incluem as pessoas como parte desse mesmo meio. Essa inclusão é importante e necessária, pois pode resultar em mudança de postura no relacionamento homem/natureza, ao ter consciência que o homem não está a parte dessa mesma natureza e a forma que ele a trata impacta diretamente na sua própria vida, como já afirmamos.

Cabe chamar atenção para a preocupação que os respondentes têm com o igarapé, como afirma o “RF11 -O igarapé”. Talvez essa preocupação esteja relacionada com a forma de vida anterior ao Projeto e como a poluição do igarapé impactava de forma negativa na vida dessa população.

Assim, consciente dessa realidade os respondentes não querem ver que aquela realidade, já vivida, volte a acontecer nessa nova forma de vida que o Projeto está viabilizando. Por isso, encontramos respostas que reafirmam essa preocupação, pois o lixo, quando moravam sobre o igarapé era jogado no leito do

mesmo e agora, mesmo tendo lixeiras e horário próprio para descarte do lixo, alguns insistem em não respeitar essa nova forma, o acaba aumenta a degradação na Comunidade, como afirma o respondente “**RF11** – A sujeira, os moradores não são educados para descartar corretamente o lixo em horário adequado”.

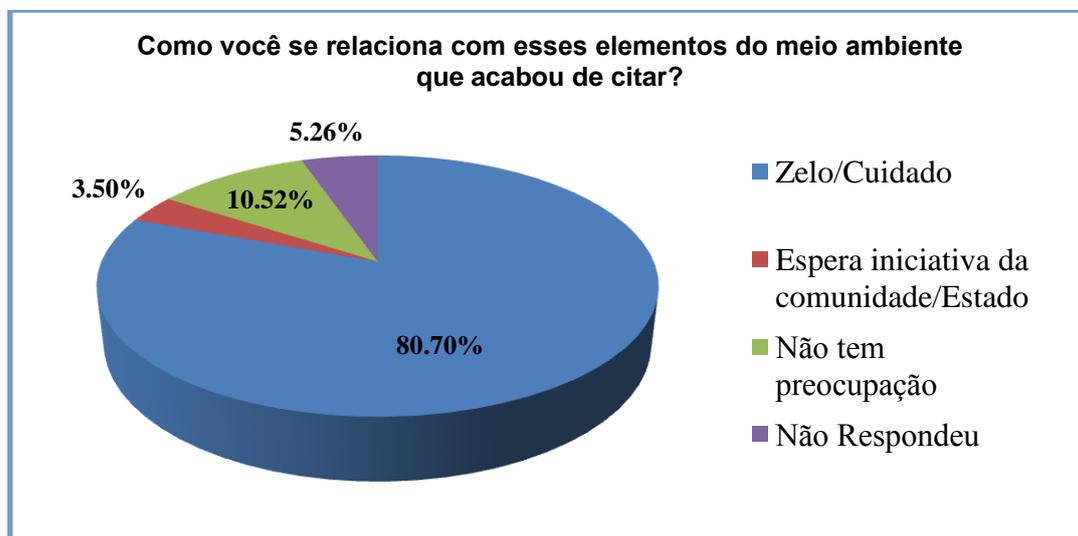


Gráfico 13. Tipo de relacionamento que tem com o conceito de meio ambiente apresentado.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Os dados indicam quem 80,70% afirmam que tratam o meio ambiente com zelo e cuidado; 10,52% não tem preocupação; 5,26% não respondeu e 3,50% espera iniciativas quer seja da Comunidade quer seja do Estado.

Separamos algumas respostas apresentadas para evidenciar nossos comentários:

R2M – Cuido das árvores, rego, protejo; limpo a Lixeira para manter a limpeza.

R6F- Rego as plantações; chamo a atenção dos agentes que praticam o despejo de resíduos e materiais no igarapé.

R8M – Planto árvores frutíferas, medicinais e ornamentais;

Tenho todo o cuidado de descartar o lixo, colaboro com a capinação.

R17F – É essencial a presença das árvores no conjunto, pois elas favorecem a prática esportiva, a sombra ajuda nas ações.

Encontramos entre os respondentes aqueles que tentam atuar de forma correta para manter um ambiente melhor na Comunidade, porém entendem que trabalham de forma solitária, pois seu(s) vizinho(s) não têm a mesma preocupação, o que acaba desanimando aqueles que tentam agir de forma diferente.

R19F - ...Os moradores não respeitam as regras de convivência, para cuidados com os animais, desrespeitando assim a convivência com os vizinhos.

R30M – A Limpeza da frente e por traz do bloco, só nós e outro vizinho fazemos.

R53F – Eu tento preservar o máximo, mas a comunidade não ajuda muito. Inclusive o próprio governo com essa lixeira não adequada para um residencial.

Novamente chamamos atenção para a preocupação que os respondentes mostram com o igarapé, como já mostrado:

Protege o Igarapé para não piorar o seu estado.

R19F – A Relação com o igarapé é difícil, pois acumulamos uma convivência anterior, sem preocupação de cuidar. Também as pessoas não gostam de ser criticadas quanto ao igarapé...

R29F – Procuo fazer o melhor, não jogar lixo no igarapé, para não “esborrar” para o PROSAMIM.

De forma geral, os respondentes apresentam uma preocupação consciente com o meio ambiente. Entretanto, como podemos explicar a degradação ambiental visível na Comunidade?

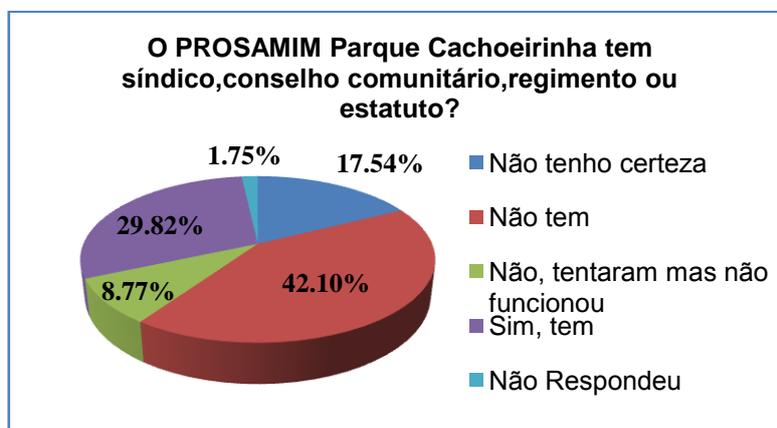


Gráfico 14. A visão dos respondentes sobre o significado de meio ambiente no PPC.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Para esse questionamento obtivemos os seguintes resultados: 42,10% dos respondentes afirmam que não existe nenhum dos itens apontados; 29,82% entende que existe; 17,54% não tem certeza se existe; 8,77% afirma que hoje não existe, mas já houve tentativa de implantação, porém não deu certo e 1,75% não respondeu.

Entendemos que a não existência de uma comissão ou pessoa para dar a norte a Comunidade pode estar concorrendo para a desorganização e, por consequência para a degradação discutida nesse trabalho. Dessa forma, há um afastamento do pensamento coletivo onde todas as relações devem ser pensadas não de modo individual, mas respeitando um modo de bem-estar que contemple todos.

Essa forma de zelo e cuidado se relaciona diretamente com o próximo questionamento e seus resultados. Nesse, 77,20% dos respondentes entendem que os maiores responsáveis para preservação do meio na Comunidade são s próprios moradores.

Em segundo lugar vem os moradores, mas juntamente com os órgãos públicos 12,29%; 7,01% entende que não são responsáveis, atribuindo ao governo e o poder público a responsabilidade para manutenção e preservação do meio ambiente na Comunidade.

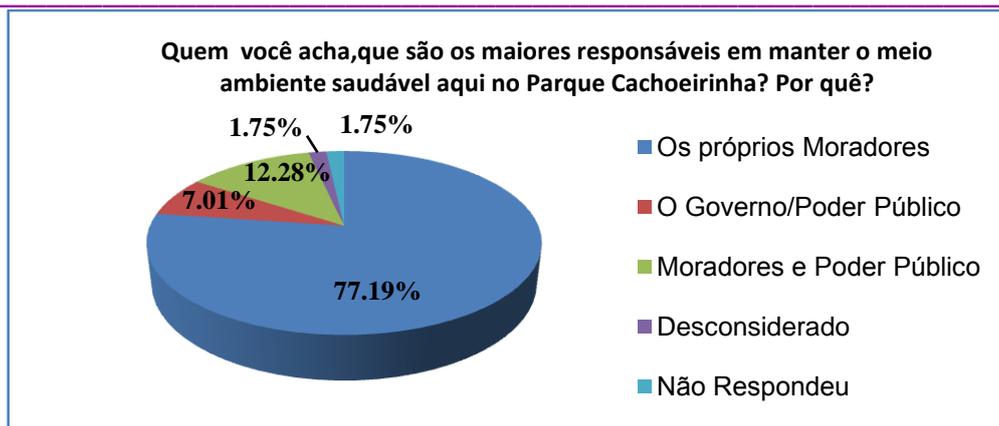


Gráfico 15. A visão dos respondentes sobre a responsabilidade de manter de forma saudável, o meio ambiente na Comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Essa tomada de responsabilidade é importante e primordial para que as mudanças necessárias aconteçam na Comunidade Parque Cachoeirinha e mais, essa consciência, se bem utilizada, pode ultrapassar as fronteiras da própria Comunidade, fazendo com que outros espaços coletivos sigam o mesmo exemplo, se tornando assim, um efeito “planetário”, aqui utilizando o termo de Quadros (2007) quando afirma que:

Tendo em vista a crescente ocorrência de problemas ambientais vê-se a necessidade de uma nova consciência, comportamento e comprometimento frente a esta situação a fim de minimizar as conseqüências (sic) destas atitudes anti-ambientais (sic) para o futuro. Com ênfase nestas questões e neste contexto surge a necessidade de tratar as questões ambientais num enfoque popular e ao mesmo tempo planetário. As alternativas para estas questões sócio ambientais definiram a necessidade do presente estudo, cuja temática central é sugerir a busca constante por uma melhor qualidade de vida (QUADROS, 2007, p. 07).

Assim, é premente é busca incessante de envolver a comunidade nas questões ambientais, sempre tendo como pano de fundo o indivíduo como parte desse meio e não apenas os recursos naturais como é comumente convencionado.

Dessa forma a Educação Ambiental, mesmo em espaço não-formal, como tomada para nortear nosso trabalho vai,

[...] incorporando outros fundamentos, ampliando a visão do ambiental, o qual passa a ser assimilado no seu verdadeiro sentido, como algo sistêmico, composto pela inter-relação (sic) entre os fatores ambientais, sociais e econômicos e não apenas o fator natural. [...]. A partir de então, a EA ganha forças e passa a ser vista como um processo de aprendizagem contínua, para a formação de cidadãos que recebem conteúdos e subsídios para optarem por hábitos e atitudes que visem o bem estar individual e coletivo e para a melhoria do ambiente para as presentes e futuras gerações (LIMA, 2006, p. 02).

A partir desse viés de responsabilidade coletiva, procuramos saber as alternativas que poderiam ser viabilizadas na Comunidade para amenizar o nível de degradação que se encontra.

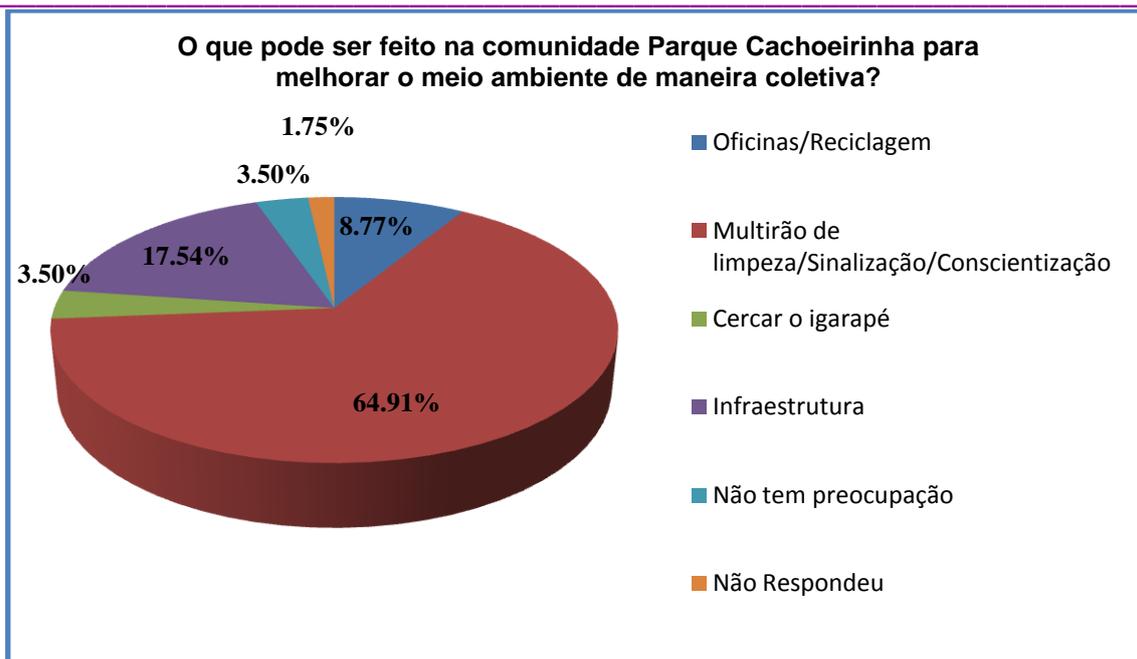


Gráfico 16. Alternativas para melhorar as questões ambientais na Comunidade

Fonte: Dados da pesquisa (2017/2018)

Para 64,91% a Comunidade poderia viabilizar mutirão de limpeza, sinalização e programas de conscientização:

R19F – Oficinas de Educação ambiental (Diminuir o impacto prejudicial ao meio pela ação das pessoas); Publicar com cartazes as informações da comunidade, na área comum dos blocos; Grupo para fiscalizar e instruir para melhor convivência.

R24F – Uma melhor união da comunidade, com apoio dos órgãos públicos e o programa gestor.

R49F – Campanha de conscientização dos moradores; atividades relacionadas a união do moradores para fazerem mutirão para a limpeza das áreas.

Nesse sentido, o trabalho vai ao encontro dessas alternativas, pois é pretensão contribuir nesse processo de conscientização, assim como também, oferecer oficinas que possam ajudar na melhoria de vida dessa Comunidade.

Nesse sentido, estamos contribuindo com o meio ambiente na Comunidade, extrapolando, por meio da educação não-formal,

[...] espaço escolar, disseminando conteúdos para a comunidade em geral, em áreas públicas, no entorno de Unidades de Conservação, em empresas e indústrias, através de atividades culturais, através de meios de comunicação de massa, através da ação de universidades (ações de extensão comunitária), pela formulação e execução de programas educacionais por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, Poder Público, entre outras entidades (LIMA, 2006, p. 2-3).

Além disso, estamos respeitando também, como já mostramos, o que preconiza a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (EA), que no Art. 13 apresenta como entendimento para Educação Ambiental não-formal “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meioambiente” (BRASIL, 1999).

Outros respondentes cobram melhor infraestrutura para a Comunidade, dessa forma, se desresponsabilizam e transferem para o Estado a obrigação da melhoria para aquele espaço.

R31M- Ajeitar as quadras; Ajeitar a caixa D'água.

R33F – Conseguir uma casinha de saúde; Alocar os lanches do outro lado do igarapé; Colocar iluminação.
Podemos afirmar, portanto que:

[...] Educação Ambiental (EA) é uma prática educativa que não pode ser dimensionada fora do contexto das relações sociais. A EA no contexto proposto é concebida como processo integral e gerador da conscientização para transformar a realidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade [...]. E em seu aspecto não formal será uma proposta de mediação, a nova maneira de dialogar sobre as questões ambientais e sociais [...]. A referida proposta de educação ambiental não formal pode ser essa ferramenta de diálogo contribuindo com o desenvolvimento do senso crítico, da autoconsciência, justiça, para formação de indivíduos transformadores dos contextos e se perceberem como parte do ambiente a ser preservado (ARAÚJO; MENDES, 2013, p. 84).

Igualmente, de modo geral percebemos na Comunidade a intenção de se buscar formas que melhorem o meio ambiente e, por consequência a qualidade de vida. Assim, tomar a educação não-formal como ferramenta que viabilize essa intenção pode ser um bom caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do pressuposto que a relação harmônica da sociedade com o meio ambiente traz como benefício o aumento na qualidade de vida dos indivíduos que moram na Comunidade Parque Cachoeirinha. Assim, a pesquisa apresentada nesse trabalho, nos permite afirmar que por meio da Educação Ambiental pode haver a criação de um ambiente coletivo muito mais equilibrado, sustentável e ecologicamente saudável.

Dessa forma, entendemos a EA seja como política pública ou como organização comunitária, pode provocar processos de mudanças sociais e culturais que visem obter do conjunto social a sensibilização de fazer parte do ambiente a ser preservado.

Para tanto, a Educação ambiental não-formal como instrumento de mediação com o meio ambiente, pode suscitar a urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais, configurando-se a partir desse viés o elemento de mediação dos sujeitos, na busca do ponto de equilíbrio e uma nova relação de reciprocidade entre as necessidades sociais e as ambientais.

Entretanto, para que isso ocorra é necessário um amplo conhecimento não fragmentado de concepções ético-ambientais e sociocultural de práticas educativas que propiciem uma compreensão real e crítica da situação atual numa visão global, nacional, regional e local, para com isso despertar atitudes que visem dinâmica e sensibilização, cuja participação envolva todos os setores sociais.

Dessa forma, após a realização deste trabalho concluímos que é possível articular e planejar ações na Comunidade Parque Cachoeirinha, relacionando e interagindo o conhecimento ao saber popular tornando-o contextualizado e inserido suas reais necessidades do povo em prol da melhoria da qualidade de vida e dignidade humana.

Enfim, esperamos que a pesquisa contribua academicamente, cientificamente e socialmente, para nortear discussões sobre a Educação Ambiental Não-Formal, que pode ser implementada em comunidades, como forma de melhorar a qualidade de vida das mesmas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Thiago Cássio D'Ávila. **Principais marcos históricos mundiais da educação ambiental**. In: Ambiente Urbano. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/ambienteurbano/2015/04/02/principais-marcos-historicosmundiais-da-educacao-ambiental/?topo=98/feed/>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- ALVES, Andrea Monteiro. **A educação ambiental para o idoso no habitar em conjuntos habitacionais de interesse social: um estudo de Jacarezinho** Recife – Pernambuco. Dissertação (Mestrado).

- Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2011.
- ANTRÓPICO. In **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico** [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/antrópico>>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília; Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **LEI no 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia do formador**. / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC; SEF, 2001.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.
- ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. **Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. Análise Psicológica**, Lisboa, v. 28, p. 451-464, set, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/scielo>>. Acesso em: 03 maio. 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. Coordenação de Edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira. Equipe de lexicografia Margarida dos anjos et. al. – 6. ed. ver. amp. – Curitiba: Posigraf, 2004.
- FLECK, Marcelo Pio de Almeida. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas**. In: Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-38, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso: 11 abr. 2017.
- GONÇALVES, Ana Catarina da Conceição Galgo. **O sentido de comunidade, o suporte social percebido e a satisfação com a vida**. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2153/1/22286_ulfp034907_tm.pdf>. Acesso em 3 maio. 2017.
- GATTI, Bernadete A. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB-UFRGS) e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2009.
- GONDIM, Linda Maria de P. **Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental**. Caderno CRH. Salvador, v. 25, n. 64, p. 115-130, jan./abr.2012.
- GUIMARÃES. Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: PAPIRUS, 1995.
- JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v.7, p.55-66, 2008.
- LAYRARGUES, P.P. **A crise ambiental e suas implicações na educação**. In: Quintas, J.S (Org.). Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. – 2. ed. - Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- LEAL, E. J. M. **Um desafio para o pesquisador. A formulação do problema de pesquisa**. Contraponto, Itajaí, ano 2, n. 5, p. 227-235, maio/ago. 2002.
- LESSARD, Claude. **Pesquisa e Políticas educativas: uma interface problemática**. In: DUARTE, Adriana; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

- LIMA, Anabel de. **Refletindo sobre educação ambiental não-formal**. Disponível em: <http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/01/artigos/artigo_anabel.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- LIMA, Karoline Xavier. **Análise dos aspectos socioambientais da comunidade do parque residencial de Manaus**. 2015. 73 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Processos Construtivos e Saneamento Urbano) – Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <<http://ppcs.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015/karoline.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MEDINA, N. M. **A formação dos professores em educação ambiental**. In: **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC ; SEF, 2001.
- MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceito, métodos e práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social em educação no Brasil: teoria, método e criatividade**. 8. ed. - Petrópolis: Vozes, 1994.
- PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade**. Saúde e Sociedade 7 (2): 19-31, 1998.
- PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012
- REIGOTA, Marcos(org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. **O estado da arte da educação ambiental no Brasil**. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2003. (Relatório de Pesquisa).
- SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Geografia, educação ambiental e complexidade frente aos desafios do mundo contemporâneo**. Revista Geonorte, Edição Especial, v.4, n.4, p.155 – 174, 2012. Disponível em: Acesso em: 24 mar. 2016. <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/viewFile/1909/1784>>.
- SEIDL, Eliane Maria Fleury; ZANNON, Célia Maria Lana da Costa. **Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2), mar.-abr., 2004, pp. 580-588. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

RESUMO

Na sociedade contemporânea é pertinente a preocupação sobre a relação do homem com o meio ambiente, se considerado a relação intrínseca que existe entre eles. Esse pressuposto traduza problemática da pesquisa: “qual o grau de conscientização ambiental dos moradores da Comunidade –Residencial Parque Cachoeirinha, considerando o nível alarmante de degradação em que se encontram os prédios e áreas comuns do conjunto que compõem a Comunidade?” O objetivo geral é o investigar o conhecimento ambiental dos moradores da Comunidade– Residencial Parque Cachoeirinha, na tentativa de utilizar os dados encontrados para explicar o grau de degradação ambiental em que se encontra a Comunidade. A justificativa se dá pela importância de se entender a relação do homem com a natureza e do homem com seus pares, por meio da Educação Ambiental. A metodologia respeita as características da pesquisa quanti/qualitativa e quanto aos objetivos, as características da pesquisa descritiva e explicativa. Esperamos com esse trabalho contribuir para as discussões sobre a Educação Ambiental Não-Formal na Comunidade lócus de estudo e, por consequência, das comunidades com a mesma realidade na cidade Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Comunidade; PROSAMIM.